

EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINAR PARA FORMAÇÃO DE UMA MENTALIDADE SUSTENTÁVEL

**INTERDISCIPLINARY EDUCATION AS A WAY TO CREATE A
SUSTAINABLE MENTALITY**

**EDUCACIÓN INTERDISCIPLINARIA PARA FORMACIÓN DE UNA
MENTALIDAD SOSTENIBLE**

Giselle Kossatz Lopes

Graduação em Engenharia Química pela Universidade Federal do Paraná (1992) e graduação em Tecnologia em Móveis pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2008). Especialização em Engenharia de Produção pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (2001) e especialização em Psicologia pela Universidade Estadual de São Petersburgo (2011). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - giselekossatz@hotmail.com

Eloy Fassi Casagrande Júnior

Doutor em engenharia de recursos minerais e meio ambiente pela universidade de Nottingham e Pós-doutorado no instituto superior técnico (Ist - Portugal). eloy.casagrande@gmail.com

Maclovia Corrêa da Silva

Professora permanente da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo). Pós-doutorado em educação ambiental e patrimonial na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e pós-doutorado em política científica e tecnológica no Instituto de Geociências da Unicamp-SP (2012). macloviasilva@utfpr.edu.br

RESUMO

A busca da evolução humana, por meio do progresso tecnológico e, conseqüente, crescimento econômico, trouxe resultados positivos, mas muitos problemas ambientais, que colocam em risco não só o meio em que se vive como também a própria existência do homem. Esta situação pode ser vista em todos os níveis de organizações sociais, empresas, governos, universidades e, principalmente, quando se analisa o indivíduo. Pode-se observar um padrão em que o homem se ajusta como consumidor passivo em detrimento da ciência e da tecnologia. Desta forma, por meio de uma pesquisa bibliográfica, a proposta deste artigo é discutir a educação, o conhecimento e sua gestão, fundamentada na interdisciplinaridade para a formação de uma consciência sustentável. Ou seja, experimentar a inversão de papéis, colocando a ciência e a tecnologia como instrumento em favor da existência humana. Para tanto, é preciso formar pessoas capazes de uma mentalidade sustentável, conscientes da sua responsabilidade perante suas ações individuais e, num segundo momento, coletivas, além de compreender que essas ações é que vão desenhar a sua própria existência.

Palavras-chave: Educação. Interdisciplinaridade. Responsabilidade.

EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINAR PARA FORMAÇÃO DE UMA MENTALIDADE SUSTENTÁVEL

ABSTRACT

The human search for evolution by means of technological progress and, consequently, economic growth has brought positive results, but also many environmental problems that endanger not only the environment in which we live, but also the human existence. This situation can be seen in all levels of social organizations, companies, governments, universities and especially when the individual is analyzed. A pattern can be observed, in which the human being adapts himself/herself as a passive consumer in detriment of science and technology. Thus, based on a bibliographic research, the proposal of this article is to discuss education and knowledge, based on interdisciplinarity as a way for the formation of a sustainable consciousness. In other words, it means to try the reversal of roles, placing science and technology as instruments in favor of human existence. For this reason, it is necessary to train people capable of a sustainable thinking, aware of their responsibility toward their individual, and then, collective actions, besides understanding that these actions are going to shape their own existence.

Key words: Education. Interdisciplinarity. Responsibility.

RESUMEN

La búsqueda de la evolución humana, por medio de los avances tecnológico y, por consiguiente, el crecimiento económico, trajo resultados positivos, pero muchos problemas ambientales, que ponen en riesgo no sólo el medio en el que vivimos sino también la propia existencia del hombre. Esta situación se puede observar en todos los niveles de las organizaciones sociales, empresas, gobiernos, universidades, y especialmente cuando uno hace un análisis de la persona. Se puede observar un patrón en el cual el hombre se adapta como consumidor pasivo en detrimento de la ciencia y de la tecnología. De este modo, este artículo se propone, por medio de una investigación bibliográfica, debatir sobre la educación, el conocimiento y su gestión, basada en la interdisciplinaria para la formación de una conciencia sostenible, es decir, experimentar el cambio de papeles, poniendo la ciencia y la tecnología como instrumento a la existencia humana. Por tanto, es necesario capacitar a las personas capaces de una mentalidad sostenible, conscientes de su responsabilidad hacia sus acciones individuales y después colectivas. Por otra parte, comprender que estas acciones es lo que sacará su propia existencia.

Palabras-clave: Educación. Interdisciplinaria. Responsabilidad.

O CRESCIMENTO ECONÔMICO E AS REFLEXÕES AMBIENTAIS

Até o final do século XVIII grande parte da população vivia nas áreas rurais, produzia alimentos para o consumo sem desorganizar consideravelmente os processos biológicos, físicos e químicos dos ecossistemas. Com o advento da Revolução Industrial, os movimentos migratórios desestruturaram a produção agrícola, que por outro lado foi sendo mecanizada e explorada intensiva e extensivamente (SILVA, 2009).

O crescimento econômico, registrado no final do século XX, apresentou-se fortemente caracterizado pelo progresso tecnológico como fonte de desenvolvimento.

Contudo, os processos econômicos vêm acompanhados por explorações indevidas de matéria e energia que definem a crise ambiental. Neste contexto, pode-se observar uma divergência racional entre a eficiência econômica e a eficiência ecológica (REGO; NASCIMENTO, 2011; MANZINI; VEZZOLI, 2002).

Quando o progresso segue baseado exclusivamente no crescimento econômico, ignorando a existência de limites ecológicos, a dinâmica não segue em função das necessidades humanas, persegue o fim sem preocupação com os meios. A falta de compreensão das origens, dos significados, das correlações e das influências das partes sobre a totalidade dificulta o planejamento e os modos de abordar soluções sistêmicas. O resultado desta dinâmica caracteriza-se em impactos não só ambientais, como também sociais, culturais e territoriais (REGO; NASCIMENTO, 2011).

De acordo com o argumento de Kazazian (2005), o tempo tornou-se um fator não sustentável, pois o crescimento em plena aceleração não dá possibilidade à renovação dos recursos, nem a capacidade à natureza de absorver os resíduos produzidos. “Constatamos dia a dia, os flagrantes da falta de respeito aos princípios da ecologia e da falta de conscientização da realidade dos impactos [...] ou aceleramos a recuperação da natureza [...] ou desaceleramos” (MONTEIRO, 2013). A autora, ao discutir o planejamento de energia elétrica do governo brasileiro, aponta as alterações causadas pela construção de dezenas de hidrelétricas e diz que “tudo indica que, a continuar este processo, continuaremos (sic) transferindo passivos ecológicos para as gerações futuras”.

Desde a década de 1960, vem se evidenciando realidades de exploração irresponsável da natureza em nome do crescimento econômico e das políticas desenvolvimentistas isoladas. Na verdade os sistemas do planeta estão interligados e os choques sociais, ambientais e econômicos tem repercussão internacional. Há “contraposição das leis que regem a economia àquelas que regem os ciclos naturais” (MONTIBELLER FILHO, 2007, p. 82).

A partir dessa conjuntura, as primeiras movimentações socioambientais se formaram em torno dos discursos da conservação e da preservação do meio ambiente. As pessoas se reuniam formalmente e informalmente para promover entendimentos quanto aos desafios da humanidade, suas ideologias, responsabilidades e políticas que

EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINAR PARA FORMAÇÃO DE UMA MENTALIDADE SUSTENTÁVEL

aconteciam na época. Citam-se, como exemplo, as reuniões informais do Clube de Roma a partir 1968, com a finalidade de examinar problemas como expansão urbana, pobreza, abundância e o planejamento de soluções comuns aos países; no mesmo ano a criação do Conselho para Educação Ambiental no Reino Unido; em 1972, a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, que tratou como essencial um trabalho de educação em matéria ambiental (TRINDADE,1993); em 1975, Encontro Internacional em Educação Ambiental (UNESCO – Programa Internacional de Educação Ambiental); em 1977, Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental (UNESCO -PNUMA); e em 1979, Seminário de Educação Ambiental para América Latina (UNESCO –PNUMA).

A retomada dos debates ambientais na década de 1980 tem como marco o documento intitulado Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland que se refere ao desenvolvimento sustentável. Foi constatada uma incompatibilidade entre os padrões de produção e consumo e as propostas de sustentabilidade. O crescimento econômico pode continuar desde que haja uma concordância entre as questões sociais, políticas, éticas, econômicas, ambientais e culturais.

Conhecido por lançar oficialmente a intenção de um desenvolvimento harmônico entre sociedade, economia e meio ambiente, o documento questiona os direitos das gerações atuais e futuras. Apresenta sugestões de crescimento produtivo contínuo com responsabilidade por meio da minimização dos impactos ambientais e sociais como desenvolvimento sustentável (CASAGRANDE JR.; AGUDELO, 2012).

No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, algumas das principais teorias que fazem referência a este, o dividem em três dimensões: a Social que busca manter a qualidade de vida humana; a Econômica que diz respeito à economia formal e informal, buscando o equilíbrio financeiro entre empresas e pessoas; e a Ambiental que visa à conservação e administração dos recursos naturais (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008).

Estas diferentes concepções ambientalistas acabam por dificultar as avaliações críticas sobre o desenvolvimento sustentável. Elucidando, a dimensão econômica se fixa em estoques e fluxos de capitais, a social no conceito de bem-estar e qualidade de vida; e a ambiental nos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente. Para

Casagrande Jr. e Agudelo (2012), a sustentabilidade pode ser viável por meio do equilíbrio destas três dimensões, uma cultura ecológica com qualidade de vida autorreguladora e consumo consciente.

Outras diretrizes fundamentadas nestas dimensões foram elaboradas na Agenda 21, documento símbolo da Segunda Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, conhecida como Rio 92. O instrumento de planejamento, que visa a construção de sociedades sustentáveis continuou a ser discutido nas reuniões datadas em 1997 na Rio + 5, em 2002 na Rio + 10 e em 2012 na Rio + 20.

Com o objetivo de “destacar a função da educação e da sensibilidade dos cidadãos em prol da sustentabilidade” (UNESCO, 1999, p.4), foi organizada, em 1997, a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Governo da Grécia. O documento, gerado na conferência, cita trecho do discurso: “A chave do desenvolvimento sustentável e autônomo é a educação [...] por intermédio de novas tecnologias para proporcionar a todos verdadeiras oportunidades de aprender ao longo de toda a vida [...]” (p.5).

Esta conferência ainda assinala a interdisciplinaridade como fator de extrema importância no aspecto da educação formal à sustentabilidade: “há necessidade de se trabalhar em conjunto [...] a fim de que se juntem os distintos elementos inerentes à noção de educação para um desenvolvimento sustentável” (p. 93).

Os eventos internacionais formulam soluções para reduzir as desigualdades e assegurar a não destruição irresponsável do meio ambiente. Neste sentido, as empresas também começam a experimentar uma cobrança dos consumidores em relação à responsabilidade socioambiental e, a partir dos anos 1990, aproveitaram essas imposições para conquistar novos mercados (MONTIBELLER FILHO, 2007).

A prática do desenvolvimento sustentável, porém depara-se com obstáculo quando, na busca incessante pelo progresso tecnológico, são deixadas de lado as implicações sociais e ambientais resultantes de ações contrafeitas. Conforme Schutel (2010), o poder para tomada de decisões e ações condizentes com o desenvolvimento sustentável tem

EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINAR PARA FORMAÇÃO DE UMA MENTALIDADE SUSTENTÁVEL

necessidade de uma mentalidade interdisciplinar com formação e educação capazes de considerar todos os agentes ambientais.

É preciso fazer reflexões críticas sobre as implicações do uso da tecnologia para o desenvolvimento. Ela deve favorecer a existência humana e para tal, a educação e as suas subáreas podem inserir práticas didático-pedagógicas que discutam o “padrão que consiste em ajustar as necessidades humanas ao que a ciência e a tecnologia produzem” (COLOMBO; BAZZO, 2002, p.2).

EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE POR MEIO DA CONSTITUIÇÃO DE SABERES E CONHECIMENTOS

Freire (1996) afirma que a educação é um processo de desenvolvimento físico, intelectual e moral que acompanha o indivíduo desde a infância e o permeia por todo seu crescimento. Com esse olhar, o autor explica que é possível fazer uma leitura de mundo para desenvolver um raciocínio crítico, a socialização e a individuação dos atores. Ainda de acordo com o autor, a educação coloca o processo ensino e aprendizagem não como simples repasse de saberes e conhecimentos, mas como conteúdos para multiplicá-los e transformá-los. As relações entre professor e aluno, enquanto formadoras de pensamento, mediadoras de mudanças, necessitam estar combinadas com os aspectos interdisciplinares que se associem a “uma pedagogia da autonomia [...] centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, em experiências respeitadas da liberdade” (p.107).

No que diz respeito aos saberes e conhecimentos, Cortella (2008) argumenta que eles fazem parte da existência humana, e por meio deles é possível interpretar a realidade e expressar as necessidades e indignações. Acrescenta ainda que o aprendizado, quando significativo para as pessoas, desenvolve-se em sentimento de pertencimento e de releituras do próprio mundo. Para o autor, o ser humano é o bem de produção mais importante, junto à sua cultura, que deve ser criada e superada.

A educação, quando se utiliza de uma estrutura epistemológica, exerce seu poder enquanto pilar do processo individual e coletivo do desenvolvimento sustentável. Docentes e discentes contribuem para a “formação de profissionais com discernimento no trato da ciência e da tecnologia não apenas como instrumento de poder, mas sim de desenvolvimento humano” (BAZZO, 1998 *apud* COLOMBO; BAZZO, 2002, p.12). A proposta de educação para a sustentabilidade é uma tentativa de superar os problemas apresentados pela educação ambiental, que não conseguiu trabalhar de modo holístico. “Em resumo [...] a educação ambiental assumiu nestes contextos, expressões reducionistas” para tratar a crise ambiental, as dimensões políticas, éticas, culturais e socioambientais e as metodologias disciplinares não participativas e de baixa criatividade (LIMA, 2014).

No início do século XXI, Jacobi (2003), analisando o panorama de avanço tecnológico e da ciência em níveis educacionais, apontava a importância da educação ambiental como forma de repensar as práticas sociais e os papéis dos mediadores de saberes e conhecimentos. Abordava também a “responsabilidade de cada um para construir uma sociedade planetária mais equitativa e ambientalmente sustentável” (p. 204).

Com relação às condutas pedagógicas ambientais no Brasil, as décadas de 1980 e 1990 apresentaram consideráveis referências à Educação Ambiental. A Lei Federal 9.795/99 reconhece que ela é “um instrumento pelo qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos e habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente [...] e a sua sustentabilidade” (CASAGRANDE JR.; AGUDELO, 2012, p.48).

Neste sentido, o Ministério da Educação (MEC) faz alerta à necessidade de inclusão da educação ambiental nos currículos da educação básica. Os limites da educação ambiental demandam renovações para se atingir mudanças culturais e políticas, e o novo discurso da educação para a sustentabilidade também apresenta incertezas. Lima (2014) diz que “a polissemia que caracteriza o discurso da sustentabilidade [...] dada a diversidade de sentidos atribuíveis a essa noção e a incompatibilidade entre algumas de suas premissas” pode esvaziar o sentido da nova expressão.

EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINAR PARA FORMAÇÃO DE UMA MENTALIDADE SUSTENTÁVEL

Para Manzini e Vezzoli (2002), o desenvolvimento sustentável, promovido pela educação ambiental, pode ser comprometido pela falta de coerência entre os objetivos e valores que apoiam o ser humano, seja como sociedade ou como ator que busca a própria identidade. Estes valores deveriam tornar-se próprios da Humanidade para uma convivência harmônica, num mundo limitado e interconectado.

Estes valores, saberes e conhecimentos não existem de forma autônoma, pois necessitam de uma individualidade para realizar-se. Quando contextualizados no tempo e no espaço são externados individualmente, porém sua construção é coletiva (CORTELLA, 2008). A educação ambiental segundo Buarque (1996) é “um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando atitudes em relação ao meio” (p.26).

O progresso da ciência e da tecnologia por meio do crescimento produtivo acelerado foi responsável pela demanda de ciência e trabalho especializados, resultando em ganho de eficiência, mas em contrapartida numa perda dos objetivos. Segundo Bartholo e Bursztyn (2001), perdeu-se a visão de conjunto e, conseqüentemente, a referência entre os meios e os fins.

Uma forma de retomar a visão holística, segundo Rodrigues Filho e Pasqualin (2011), é lidar com a constituição de saberes e conhecimentos por meio de metodologias que utilizem a tecnologia para incorporar vivências, experiências, ideologias, culturas nas organizações para resolver problemas, introduzir mudanças e aprendizados necessários para a tomada de decisões e o desenvolvimento humano respaldado na sustentabilidade.

Um modelo sugestivo é a Formação Ontopsicológica Interdisciplinar Liderística (FOIL) baseada na inversão do percurso criativo: “ao invés de partir da tecnologia e chegar ao homem, o paradigma inverte-se e o homem torna-se fulcro” (BERNABEI, 2002, p.17). O indivíduo tem a responsabilidade pelo resultado, após conhecer os meios, a intrínseca tecnologia e a organização mais oportuna ao escopo.

Não se pode perder de vista o discurso de que a educação é solução dos males sociais. “Muitos veem os problemas associados à sustentabilidade como sendo provenientes do comportamento dos outros e não deles mesmos” (UNESCO, 1999, p. 94).

RESPONSABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A natureza, em relação à existência humana, se integra em todas as instâncias da sociedade, e os processos vitais dependem de interações e dinâmicas recíprocas, interdependentes que se travam nas organizações humanas. Na conciliação entre desenvolvimento e crescimento, “a economia e a ecologia podem ser pensadas juntas” e as partes e o todo se comunicam sendo que o “verdadeiro para o vivo também pode ser verdadeiro para qualquer objeto manufaturado” (KAZAZIAN, 2005, p. 30,31).

A díade harmônica entre homem e natureza, é o pilar do discurso do desenvolvimento sustentável, que iniciou em 1983 com a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). O objetivo foi reexaminar as questões ambientais críticas e propor formas de cooperação internacional (DIAS, 2006). A natureza possui a sua inteligência intrínseca e o ser humano a sua, e ambos convivem no clima da descoberta. Contudo, “a condição de existência da responsabilidade é o poder causal do agente relativamente às consequências de seus atos [e] deve ser caracterizada por saberes e habilidades de perenização da vida” (BARTHOLÓ; BURSZTYN, 2001, p.167).

A responsabilidade pode ser compreendida no contexto da sustentabilidade como uma “situação psicológica na qual o sujeito é forçado a responder existencialmente, juridicamente ou moralmente”. Logo, ser responsável envolve questões éticas e morais que consistem “em facilitar em gratificação máxima a interferência ambiental em relação ao lugar onde se existe” (MENEGETTI, 2010, p. 415, 416).

Validando a participação do indivíduo responsável no panorama da sustentabilidade, o relatório que discorre sobre a Educação para um futuro sustentável, no aspecto sobre estilos de vida, aponta a necessidade da responsabilidade enquanto indivíduo. Tanto a origem quanto a solução dos problemas podem estar relacionados ao comportamento individual.

Quando coletivizado, ele abrange a ética com “os princípios de orientação do modo como agimos e nos conduzimos na vida”. É preciso ter consciência do que se faz, para proteger a si mesmo e para proteger a vida como um todo. A decisão por fazer algo, deve

ser consciente e com objetivos de sobrevivência ou produção da existência própria e coletiva. “Não posso destruir algo que vai trazer uma consequência maléfica, ruim para a nossa capacidade de existência” (CORTELLA, 2008, p. 144,145).

A reciprocidade entre ser humano e natureza apresenta-se contextualizada em uma visão total e interativa. Uma leitura histórica aponta que as relações sociais são construídas no ambiente em que as pessoas vivem. Temos então o livre arbítrio para conviver nos mais diversos meios sociais, inclusive os virtuais que fazem uso de redes para se comunicar e obter informações. Mas, “quanto mais sadio for o meio mais o homem tem capacidade de se desenvolver, e em reciprocidade o homem cria o ambiente” (MENEGETTI, 2006, p. 22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente dois fatos são consideráveis para interferir nas relações ser humano e natureza: a preocupação em conservar e preservar; e a constatação da finitude dos recursos naturais. As reuniões, os documentos e as decisões tomadas em nível mundial explicam o aspecto sistêmico de toda e qualquer ação humana sobre o ambiente. Precisamos nos responsabilizar pela qualidade de vida humana e mobilizar, por meio da educação interdisciplinar, ações condizentes aos preceitos da sustentabilidade.

O papel da educação é relevante para se pensar a crise socioambiental recorrente da produção e consumo de riquezas. Ela é um dos pilares para desenvolver condutas e estilos de vida sustentáveis. Cultuamos a força da ciência, da educação e da tecnologia e por isso precisamos buscar usos transformadores para conquistarmos novos modos de pensar e de agir. Assim sendo a educação ambiental precisa ampliar o seu olhar para o mundo e desmistificar as suas características ditas reducionistas. Não se sabe se o abandono desse termo e a adoção da educação para a sustentabilidade pode realmente inserir ações para um futuro sustentável. Logo precisamos participar do debate e nos

aprofundarmos na complexidade dos problemas que se apresentam nas relações do ser humano com a natureza.

Devemos nos imbuir dos significados de responsabilidade diante do questionado modelo político econômico de desenvolvimento. Nossas relações materialistas com a natureza evidenciam a necessidade ética de buscarmos uma solidariedade entre os países para enfrentar os poderes do capital econômico. É necessário impulsionar nossas mentes para enfrentar a desarmonia nas relações sociais e naturais e promover a vida. Os autores que colaboraram para essa discussão nos convidam a questionar e a rever a importância da educação interdisciplinar como meio de constituir saberes e conhecimentos voltados para a sustentabilidade da vida no Planeta.

A responsabilidade é proporcional ao tamanho de cada ação, que pode ser individual ou coletiva, empresarial, organizacional, ou mesmo política e carrega sempre a relação causa-consequência. O ato de agir é sempre individual, ou seja, o indivíduo pode estar agindo em nome da sua empresa, do seu cargo, da sua instituição ou até mesmo em nome da sua ideologia, porém sempre está em conformidade com esta ação.

Precisamos nos educar para compreender os limites do crescimento socioeconômico de modo que não deixemos dívidas para as gerações futuras. São nossas experiências, vivências sociais que podem estimular o pensamento crítico e consequentemente o respeito para o meio ambiente, para com o outro, com a liberdade e responsabilidade.

Estes princípios corroboram com a “pedagogia da autonomia”, a educação ambiental e a educação para a sustentabilidade. Estas práticas educativas acrescem as possibilidades de minimização dos atuais conflitos que atravessam a sociedade e o progresso tecnológico. Uma educação interdisciplinar consequentemente pode resultar em ensaios para um pensamento sustentável.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO JUNIOR, Roberto S.; BURSZTYN, Marcel. *Prudência e utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade*. In *Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século*. Organização Marcel BursztyN. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001, p. 159-188.

BAZZO, Walter A. *Ciência tecnologia e sociedade e o contexto da educação tecnológica*. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1998.

BERNABEI, Pamela. *Psicologia Managerial: o conhecimento que consente a escolha otimal*. In *Vários autores*. São Paulo: FOIL, 2003.

CASAGRANDE JUNIOR, Eloy F.; AGUDELO, Libia P. P. *Meio ambiente e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Livro Técnico, 2012.

CLARO, Priscila B. de O.; CLARO, Danny P.; AMÂNCIO, Robson. *Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações*. *Revista de Administração [Em linha]*, São Paulo, v.43, n.4, p. 289-300, 2008. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S008021072008000400001&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 out. 2012.

COLOMBO, Ciliana R.; BAZZO, Walter A. *Educação Tecnológica Contextualizada, ferramenta essencial para o desenvolvimento social brasileiro*. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis – SC, 2002. Disponível em: <http://srv.emc.ufsc.br/nepet/Documentos/educacao_tecnologica_contextualizada_ferramenta_essencial_para_o_desenvolvimento_social_brasileiro.pdf>. Acesso em: 28 set. 2012.

CORTELLA, Mario S. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. 12ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

DIAS, Reinaldo. *Gestão Ambiental: Responsabilidade social e sustentabilidade*. São Paulo. Atlas, 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KAZAZIAN, Thierry. *Design e desenvolvimento sustentável: haverá a idade das coisas leves*. São Paulo. Editora Senac, 2005.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. *Educação e sustentabilidade: possibilidade e falácias de um discurso*. Disponível em: <www.anppas.org.br>. Acesso em: 10 jan. 2014.

MANZINI, Ezio; VEZZOLI, Carlo. *O desenvolvimento de produtos sustentáveis: os requisitos ambientais dos produtos industriais*. São Paulo: Edusp, 2002.

MENEGHETTI, Antonio. *Manual de Ontopsicologia*. 4ª. Ed. Recanto Maestro: Ontopsicologica Editrice, 2010.

MENEGHETTI, Antonio. *Cozinha viva*. Recanto Maestro: Ontopsicologia Editrice, 2006.

MONTEIRO, Telma. *Ou aceleramos a recuperação da natureza ou mudamos o modelo de crescimento*. Disponível em: <<http://www.correiodadania.com.br>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

MONTIBELLER FILHO, Gilberto: *Crescimento econômico e sustentabilidade*: Revista Sociedade & Natureza, Uberlândia, 19(1): 81-89, jun 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9343/5723>>. Acesso em: 1 set. 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas*. UNESCO. Brasília: Ed IBAMA. 1999.

REGO, Patrícia de A.; NASCIMENTO, Danilo L. *O pensamento Institucional contemporâneo: a atuação do Ministério Público na construção de um ambiente sustentável*, p. 33-47, 2011. Disponível em:

EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINAR PARA FORMAÇÃO DE UMA MENTALIDADE
SUSTENTÁVEL

<http://www.cnpq.org.br/c/document_library/get_file?p_l_id=1704887&folderId=1753148&name=DLFE-56210.pdf>. Acesso em 1 out. 2012.

RODRIGUES FILHO, José L.; PASQUALIN, Everton. C. *Gestão do conhecimento sustentável*. Congresso Responsabilidade e Reciprocidade: Valores Sociais para uma Economia Sustentável. p. 239-244, 2011. Disponível em:
<<http://reciprocidade.emnuvens.com.br/rr/article/view/27/25>>. Acesso em: 6 out. 2012.

SILVA, Patrícia C. *Revolução Industrial*. 2009. Disponível em:
<<http://www.administradores.com.br/mobile/artigos/economia-e-financas/revolucao-industrial/27484>>. Acesso em 1 jan 2013.

SCHUTEL, Soraia. *Ontopsicologia e Formação de pessoas na Gestão Sustentável do Centro Internacional de Arte e Cultura Humanista Recanto Maestro*. Dissertação, (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração, área de concentração em Sistemas, Estruturas e Pessoas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS)), 2010.
Disponível em:
<http://www.ontopsicologia.org.br/arquivos/download/ontopsicologia_e_formacao_de_pessoas_na_gestao_sustentavel_do_centro_internacional_de_arte_e_cultura_humanista_recanto_mastro.pdf>. Acesso em: 24 set. 2012.

TRINDADE, Antonio A. C. *Direitos Humanos e meio ambiente: paralelos dos sistemas de proteção internacional*. Porto Alegre: Fabris, 1993.